

“Antes de 1964, isto derrubava um governo”

Entrevista: Senador Paulo Brossard

Jorge Moreno

O general Geisel, cujos pronunciamentos “não são de um chefe de estado e sim de um chefe de uma facção”, está usando “o dinheiro da Nação” para fazer campanha eleitoral da Arena, fato sem precedentes da História do Brasil. A denúncia é do líder do MDB no Senado e candidato do partido à vice-presidência da República, senador Paulo Brossard.

Em tom veemente, Brossard refere-se ao Presidente da República com “um cabo eleitoral”. Analisa as denúncias de corrupção do Governo e adverte que “antes de 64, isso derrubava o Governo”, pois “desabaria o céu, defender-se-ia a terra”.

O líder emedebista evita abordar qualquer assunto referente à sucessão presidencial. Não deixa de repudiar, no entanto, as cartas anônimas contra o general Euler Bentes Monteiro e seus assessores, afirmando que isso é índice do abastardamento moral a que se chegou no País. Paulo Brossard lamenta que essas cartas tenham sido lidas em quartéis, “contra a expressa disposição regulamentar”.

Quando às reformas políticas, o senador emedebista acha que elas não provocaram nenhuma mudança, pois “o legislador de setembro é o mesmo legislador do pacote de abril”. Critica ainda a submissão da Arena e diz também que “só um tolo acredita nessas papéis” — referindo-se ao próprio projeto do Executivo.

JBr. — Como o senhor vê o momento político do País, principalmente depois da aprovação do projeto de reformas políticas do Governo?

Paulo Brossard — No meu modo de entender, não houve nenhuma mudança, continua tudo a mesma coisa.

JBr. — Por que?

Brossard — Porque até o dia 1.º de janeiro nós estamos sobre o arbitrio institucionalizado. De modo que tudo pode acontecer. E só um tolo vai se enganar com um pedaço de papel. Só um tolo! Esta é a realidade, a crua realidade. Em segundo lugar, as tais reformas vão legalizar uma soma de poderes a algum homem que pode ser bom ou ruim, que pode ser equânime ou raivoso, que pode ser competente ou despreparado, que pode um belo dia estar com ataque de fígado, mal-humorado, poderes que não se dá a um homem, que não devem ser dados a um homem, exatamente porque são exagerados. Toda vez que isso foi feito, deu maus resultados. Nós estamos na situação de hoje, chegamos à situação de 64 por quê? Primeiro, pela velha irresponsabilidade do poder executivo, dentro do sistema presidencial. Pois bem, os poderes foram aumentados, foram multiplicados. Mas multiplicados várias vezes. E a impunidade ficou muito mais assegurada e só quem não tiver presente toda a história do País, especialmente dos últimos decênios — período republicano — é que pode se iludir a respeito.

Aqui estou eu (apontando para a parede) com este bronze de Silveira Martins. E ainda no século passado, nos primeiros anos da República ele disse que o sistema presidencial já tinha dados maus resultados e ainda daria péssimos. Pois bem, no correr dos anos não fez senão confirmar aquela sua advertência, aquela sua previsão. De modo que a situação é a mesma, nenhuma mudança substancial.

JBr. — Quer dizer que o Sistema ainda vai se manter por muito tempo?

Brossard — Bom, este é um aspecto. Agora, ainda tem outros. E que a Nação já viu vários generais prestarem juramento de obediência, fidelidade, cumprimentos às leis. E meses depois eles se esquecem do juramento. E violam as leis juradas. De modo que é o caso de se perguntar: o que vale tudo isto, enquanto não for feita uma erradicação do mal, nas suas origens?

JBr. — E qual é o papel do Legislativo em tudo isso?

Brossard — O Legislativo é isso que você está vendo. Não passa uma emenda sem a licença do Palácio do Planalto. E lamentável dizer, é triste dizer, e deplorável dizer, mas você é jornalista, trabalha na casa e sabe disso como eu. De modo que, enquanto houver uma maioria deste tipo, não se pode esperar nada, absolutamente nada.

JBr. — A partir dessa submissão da Arena, o senhor acredita na vitória do MDB em 15 de novembro?

Brossard — Exatamente por isso que há cada vez mais uma crescente onda de rebelião contra esse estado de coisa. Contra essa submissão total ao poder executivo, o Palácio do Planalto.

JBr. — E aqui no Senado qual o nível de relacionamento do MDB com a Arena?

Brossard — De convivência propriamente... Depende também do tipo de convivência. Se for para um aniversário não. Aliás, eles costumam dizer as mesmas coisas que nós dizemos. Agora, com relação às funções parlamentares, responda por mim. Chegamos a esse ponto do escândalo do Presidente negar destaque, sob a alegação de que o parecer da Comissão tinha sido pela impertinência. A ser verdadeira a tese então, a comissão poderia subtrair do plenário as decisões sobre quaisquer problemas, bastaria julgar impertinente.

JBr. — Para o senhor, o que é pior: o projeto do Governo ou o Congresso Nacional ter referendado o “pacote de abril”?

Brossard — Bom, eles se equivalem. O relator foi ao Palácio do Planalto — saiu em todos os jornais a sua fotografia com ar de beatitude, contente — para saber o que podia fazer.

JBr. — E as supostas ameaças do Governo...

Brossard — Essas ameaças comprovam o que disse que não mudou absolutamente nada, nada, nada, nada, absolutamente nada. Quer dizer, o legislador de setembro é o mesmo legislador do “pacote de abril”, só que, pelo pacote de abril, ele diminuiu o quorum de dois terços para maioria, ele pode fazer através dessa maioria — que foi inclusive lá saber o que podia fazer — o mesmo que ele fez em abril pelo “pacote”, a mesma coisa. As ameaças que agora vêm desmentidas foram comprovadas por meio mundo, todo mundo sabe, não há quem ignore.

JBr. — Fechamento do Congresso?

Brossard — Sei lá.

JBr. — E a oposição recebeu ameaças diretas?

Brossard — Quando eu falei da tribuna do Congresso, eu denunciei isso e disse que repelia as ameaças. De modo que, naquele momento, tive conhecimento disso.

JBr. — E a Arena negava?

Brossard — Não, não negou. Veio a negar depois. Ficou quieta.

JBr. — Pelo menos em sua liderança, aumentaram as denúncias envolvendo figuras do Governo em corrupções. Agora, por exemplo, a bancada acaba de requerer uma CPI para investigar o problema do Acordo Nuclear. Como o senhor vê essas sucessivas denúncias?

Brossard — Mas isto aí é uma coisa natural. O Governo com os poderes que tem... Isso é uma velha regra que o poder corrompe. O exercício prolongado do poder, só por milagre deixa de corromper. E um poder que pode tudo, o grau de corrupção tende a ser muito maior. E depois, não há apuração de nada. Sendo do Governo, o caso do Leon Peres vai ficar exemplar na história do Brasil, como da cumplicidade criminosa, da complacência solidária. Esse é o exemplo.

JBr. — E a CPI do Acordo Nuclear?

Brossard — Bom, isso a Comissão deve investigar. Eu não adianto juízo sobre isso.

JBr. — Mas, de todas, qual o senhor considera de maior gravidade?

Brossard — O caso Lutfalla é um escândalo porque aquilo ficou documentado. Aliás, eu disse na ocasião e voltei a dizer depois que faltava alguém no processo porque não me consta que o Sr. Lutfalla tivesse se fantasiado de guarda-mór e tivesse recorrido à gazuza para tirar o dinheiro do BNDE. Não, foi um ministro de Estado, dizendo que era por ordem do Presidente da República e que até hoje não foi demitido. Contra pareceres escritos, explícitos do BNDE. Não acontece nada, absolutamente nada. O caso das financeiras. Dezenas, dezenas, dezenas, dezenas. Não acontece absolutamente nada. Antes de 64, isto derrubava um governo! Antes de 64, repito, isto derrubava um Governo! O cheque do Banco Econômico! E o ministro da Fazenda dá solução e fica por isso mesmo! Antes de 64 derrubava e olha que o período anterior a 64 não era nada modelar.

JBr. — Comenta-se que, nos últimos meses, estaria havendo uma

certa precaução por parte do MDB em se tratar, por exemplo, do caso Jari.

Brossard — Eu não costumo falar conheço. Aquilo que eu conhecia, que eu possuía, eu já tratei na tribuna do Senado e está publicado em discurso que eu mesmo já lhe dei. Agora, eu não posso ir para o Senado e dizer coisa que eu não tenho certeza. Eu tenho senso de responsabilidade. O Senado me obriga a isso.

Em segundo lugar, tenho ainda a agravante de ser líder. Mas, mesmo que não fosse, se alguém me trouxer um alguma coisa concreta, eu vou à tribuna. Agora, o fato na sua apresentação global, é outra coisa. Isso ainda vai dar muito trabalho pelos futuros governos porque, em verdade, é um quisto. Consta que o sr. Daniel Ludwig é, individualmente, o homem mais rico do mundo. Não sei se é o mais rico. Se não é o mais rico, é um dos mais ricos. Ele tem uma área lá que é incompatível — aí sim — com a segurança nacional! E um estado dentro do estado. E tem as melhores relações com o Governo. O negócio é tão gritante que até o Presidente da Arena de São Paulo, que é candidato ao Senado, já disse que aquilo é um crime contra a Nação.

E as ferrovias! O que foi feito ali é uma dilapidação, dinheiro posto fora, um empreendimento sem estudos. Com túneis abertos e abandonados, com uma movimentação de terra-planagem que é uma coisa monstruosa. O Presidente da República, em pessoa, foi lá no lançamento de assinatura do contrato. Está lá na Rede Ferroviária do Rio de Janeiro. O contrato foi assinado aqui no Palácio do Planalto. Quer dizer, na própria sede do Governo, com a presença de não sei quantos ministros. Trombetaram. Previam até o número de toneladas que estariam trafegando. Foi amplamente divulgado com matérias pagas nos jornais. Alguém responde por isso? Mesmo que não tenha havido uma desonestidade no sentido de um enriquecimento pessoal, o fato é que são bilhões de bilhões de cruzeiros em um País que carece de dinheiro, que carece de capitais para obras fundamentais.

Lá no Rio Grande do Sul é o escândalo da Riocel. São bilhões e bilhões de cruzeiros jogados fora! Jogados na água! Agora, eu pergunto o que foi feito?

JBr. — Um líder arenista disse que, daqui a uns dias, o senhor vai se cansar de denunciar as corrupções do Governo?

Brossard — Quando eu cansar, vou embora para a casa, lamentando

ter perdido tanto tempo. Agora, o que eu tenho dito, até hoje, ninguém foi capaz de me responder. Se isso acontecesse antes de 64, desabaria o céu, defender-se-ia a terra. E hoje não acontece nada, nada, nada, nada.

JBr. — O que representa para a oposição disputar a Presidência da República?

Brossard — Não falo sobre isso. Sou companheiro de chapa do general Euler, não falo sobre isso.

JBr. — Nem sobre as cartas anônimas?

Brossard — Por falar em cartas anônimas, na quarta-feira, recebi uma. Já descemos ao nível das cartas anônimas. E um dos mais belos resultados da “Lei Falcão” e ao mesmo tempo é um índice do grau de abastardamento moral a que se chegou no País. Estamos agora na sarjeta da carta anônima. Uma outra carta, em que eram feitas acusações ao general Euler, chegou a ser lida em quartéis, contra a expressa disposição regulamentar. Provocou protestos, revoltas, mas chegou a ser lida nos quartéis!

JBr. — O senhor associa esse fato à existência da “Lei Falcão”. O Senhor acha que a “lei falcão” é responsável também por essas denúncias de corrupção eleitoral?

Brossard — Eu disse isto da tribuna, na discussão do projeto da “lei Falcão”, que teve como relator o senador Passarinho. Eu disse que graças ao acesso ao rádio e à televisão é que a campanha eleitoral tinha melhorado. Que tinha desaparecido, por exemplo, o boletim como uma forma anônima de fazer campanha eleitoral. Tinha desaparecido aqueles “a pedidos” nos jornais. No Rio Grande do Sul, eram páginas pagas. Na minha campanha, por exemplo, só ocorreu uma vez. Um camarada mandou publicar um negócio assim de um palmo, em todos os jornais. Mas o sujeito que fez aquilo perdeu o dinheiro dele. E agora o depoimento é um só do norte ao sul do País. Sendo que lá no Rio Grande do Sul também está se verificando isso em nível nunca visto. Aliás, pergunte ao secretário-geral da Arena o que ele diz dos concorrentes dele que deixaram as secretarias de estado porque as secretarias continuam sendo utilizadas a todo o vapor.

JBr. — E o que o MDB vai fazer para...

Brossard — Ora, o que vai fazer! Isso aí é uma coisa oficializada. O exemplo é dado pelo Presidente da República, que sai do Palácio em avião pago pela Nação para fazer campanha eleitoral em favor do partido! Cabo eleitoral! O exemplo é dado por ele! Nunca se viu um Presidente da República fazer isso. E olha que nós tivemos Presidentes que não foram modelares. Pois o atual usa do cargo para fazer campanha eleitoral em favor de um partido! Com avião pago pela Nação, com segurança paga pela Nação, tudo pago pela Nação. Nunca se viu isso! O exemplo vem de cima. Agora mesmo ele andou pelo Rio Grande do Sul, por Uruguaiana, fazendo aquelas maravilhosas declarações. Vai voltar agora lá. Já fez isso na campanha municipal e agora então... O desmando é total! Não há precedente! Não há precedente! O exemplo é dado pelo general Geisel, que se desloca para vários pontos, inclusive para o Rio Grande do Sul, com tudo pago pela Nação, para fazer campanha eleitoral. Não há precedente na História a esse respeito!

JBr. — A propósito, o que o senhor achou das declarações do Presidente da República lá em Uruguaiana?

Brossard — Eu já disse e não gosto de repetir. A linguagem é de um chefe de facção, não é de um chefe de estado. E de chefe de facção. Nunca se viu um Presidente da República fazer isto! Nunca! Já não vou olhar os grandes brasileiros que ocuparam a Presidência da República no passado. Sugiro apenas que se confrontem estes pronunciamentos do general Geisel com os pronunciamentos do marechal Castello Branco. Só isso!

JBr. — E dos pronunciamentos do general Figueiredo?

Brossard — Desculpe-me, mas sobre ele não posso falar, por motivos óbvios que você mesmo sabe.

JBr. — E dos debates parlamentares com os líderes do Governo?

Brossard — Eu não vou falar sobre isso, porque a única coisa que eu poderia falar era com relação ao líder do Governo. E virou aquele espetáculo e não quero estar voltando a um assunto que, para mim, está encerrado.

